
TERRITÓRIO USADO: DINÂMICAS DE ESPECIALIZAÇÃO, DINÂMICAS DE DIVERSIDADE

USED TERRITORY: DYNAMICS OF SPECIALISATION, DYNAMICS OF DIVERSITY

Maria Laura Silveira¹

RESUMO: No período da globalização o uso do território conhece profundas transformações. Neste artigo discutimos, em primeiro lugar, a noção de território usado e a historicidade da ideia de fatores de localização, utilizando os conceitos de ativos e recursos. Em segundo lugar e como consequência das novas forças de aglomeração e dispersão, abordamos as especializações territoriais produtivas, resultantes do exercício de uma divisão do trabalho mais competitiva e da agregação de atividades similares ou complementares. Finalmente, consideramos a concentração de atividades econômicas diversas nas áreas urbanas. Externas à atividade, porém internas à porção contígua do território onde se desenvolvem, essas aglomerações revelam sua capacidade para abrigar empresas menos capitalizadas. Em todos os casos, o papel do Estado tem sido fundamental.

Palavras-chave: Territorial do Trabalho; Fatores de localização; Economias de Aglomeração; Especializações Territoriais Produtivas; Diversidade Territorial Produtiva.

ABSTRACT: In the globalization period the use of the territory has experienced intense transformations. In this paper we consider, first, the notion of used territory and the historical nature of the idea of factors of location, using the concepts of active and resources. Second and as a consequence of the new strengths of agglomeration and dispersion, we discuss about the productive territorial specialisations, resultant of the exercise of the most competitive spatial division of labour and of the clustering of similar or complementary activities. Finally we consider the concentration of diverse economic activities in the urban spaces. External to the activity but internal to the contiguous portion of the territory, these economies of agglomeration are shelter for companies of lower degree of capital. In all cases, the paper of the State has been very important.

Key words: Spatial Division of Labour; Factors of Location; Economies of Agglomeration; Productive Territorial Specialisations; Productive Territorial Diversity.

Globalização e território usado: novos fatores de localização

L'organisation de l'espace intéresse en somme les géographes parce que 'espace', les économistes parce que 'organisation'. L'un n'existe pas sans l'autre et l'ensemble exige une conception commune de l'univers qui sert d'habitat à l'humanité.

Jean Gottmann, 1950

Um período histórico pode ser reconhecido por uma dada feição do território ou, em outras palavras, pela existência de uma base técnica e de uma organização da vida política, econômica e social. Considerado como sinônimo de território usado (Santos, 1994; Santos e Silveira, 2001), o espaço geográfico pode ser entendido como espaço concreto dos homens, como espaço de todos e como todo o espaço (Santos, 1996). Afastar-se-ia, desse modo, o risco de vê-lo como um conjunto de pontos mensuráveis ou como uma relação matemática entre tempo e distância. As localizações deixam de ser uma mera topologia para ganhar a espessura de um contexto histórico.

Por isso, a cada momento histórico, o território de um país pode ser visto como um campo de forças que operam sobre formas “naturais” e artificiais. Mas estas formas têm um papel dinâmico, participando na produção de maiores

¹ Pesquisadora do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) na Universidade de Buenos Aires. Professora no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. E-mail: laurasil@usp.br;

densidades técnicas, informacionais e normativas. Todavia, se as formas são importantes, também o são as ações humanas, isto é, o comportamento no território das pessoas, das instituições, das empresas, determinando um dinamismo que varia segundo sua origem, sua força, sua intencionalidade, seus conflitos. O território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações.

Em outras palavras, um território é um conjunto sincrônico de divisões do trabalho, não sem a hegemonia daquela fundada na técnica e na organização de mais alto desempenho. Como escreve Milton Santos (1996, p. 106): “a divisão do trabalho pode, também, ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente”, entendendo por recurso toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos indivíduos, empresas, instituições. Tratar-se-ia de “coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores” (Santos, 1996, p. 106), que vão renovando-se constantemente e cuja concretude e valor real são dados pelo entorno no qual se instalam. É um permanente desmanchar dos limites anteriores, criando novas localizações, novas divisões do trabalho, novas formas de cooperação.

Considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo, o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar, atribuindo um caráter tenso à existência dinâmica do território.

Por isso, cada período produz suas forças de aglomeração e dispersão, resultado da utilização combinada de condições técnicas e políticas, que não podem ser confundidas com as de momentos pretéritos e que redefinem os limites. Hoje, verifica-se a difusão do sistema técnico comandado pelas técnicas informacionais que cria uma concentração e uma dispersão combinadas. Dão-se, no território e na sociedade, bruscas mudanças de papéis, que são ao mesmo tempo mudanças de lugares. De tal modo, os chamados equilíbrios precedentes se rompem e muda o conteúdo dos lugares e do território como um todo, indicando novos fatores de localização. Longe de provocar a homogeneização do espaço, o período da globalização é responsável pelo aumento da especialização que, na análise de Benko e Pecqueur (2001, p. 41-42), pode ser compreendida a partir das idéias de ativos e recursos. Explicando que “ativos” são os fatores em atividade e “recursos” são os fatores a revelar, explorar ou organizar – um potencial latente –, esses autores elaboram uma tipologia para diferenciar e requalificar os lugares. Entendemos que, ambos, são resultado de um determinado momento da evolução técnica: os ativos são existências e os recursos são possibilidades históricas concretas.

Tal tipologia se perfaz com o reconhecimento da condição genérica ou específica dos fatores. Se os custos de transferência de um lugar para outro podem ser cobertos, o ativo será genérico e não específico. Mas, na realidade, a simples classificação entre ativos genéricos e específicos não permite uma diferenciação durável entre lugares, pois os fatores não são únicos e além disso são transferíveis (Benko e Pecqueur, 2001, p. 43-46). Daí que os autores utilizem, outrossim, a ideia de recursos, que consideram menos vulnerável à mobilidade dos fatores. Todavia, os recursos não podem existir independentemente das condições nas quais foram engendrados. Um recurso genérico é, por exemplo, a mão de obra ou a matéria-prima não utilizadas ou um estoque de capital sob a forma de poupança potencial não-investida ou não-capitalizada. No momento em que passam a ser utilizados deixam de ser recursos para tornar-se ativos, ainda que continuem sendo genéricos. Por outro lado, um recurso específico está indefectivelmente ancorado num dado território e sua emergência advem de regras e costumes, enfim, de uma cultura elaborada na contiguidade geográfica. A reciprocidade entra no jogo, indicando uma troca que não é obrigatoriamente mercantil.

Portanto, ativos e recursos não são alheios à realocação de atividades no território. Dir-se-ia que as grandes empresas têm maior capacidade, graças à cognoscibilidade do planeta (Santos 1996), de reconhecer tecnicamente recursos genéricos e específicos e de transformá-los em ativos ao seu favor. Evidente que tal transformação supõe um exercício político, tanto dentro da corporação como, sobretudo, fora dela, no âmbito do poder público. Daí que as grandes firmas, globais e nacionais, usem o território nacional segundo seu poder e as aptidões “naturais” e artificiais dos lugares, liderando o processo de dispersão das indústrias dinâmicas, da agricultura moderna em áreas novas e do respectivo setor de serviços. Bernardes (2008, p. 256) explica que grupos como Sadia e Perdigão instalaram-se no Centro-Oeste em função das possibilidades de escala de produção, aproveitando “a proximidade da produção de matérias-primas como a soja e o milho para a ração a baixo custo”, “o substancial nível de concentração técnica já existente” ou a oferta de grandes áreas, infraestruturas e isenção de impostos.

Mas tal aprofundamento da divisão territorial do trabalho particular exige uma cooperação bem mais larga e complexa ao longo do território nacional. E aí entra a ajuda fiscal na construção de sistemas de engenharia e sistemas de movimento de que precisam tais empresas. Sobreposta às divisões territoriais pretéritas do trabalho, essa nova ordem espacial não se explica apenas pela diferenciação, mas mormente pela organização. A constatação de Gottmann (1952, p. 9) torna-se, hoje, mais verdadeira, pois é preciso que o espaço seja organizado em compartimentos com fins administrativos, econômicos, jurídicos. É um processo de incorporação de conteúdos de ciência, tecnologia, informação e dinheiro – recursos genéricos – que ativa os recursos específicos

e diferencia os lugares, verdadeiros compartimentos de uma produção globalizada. É a expansão do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1988). No momento em que uma unidade da Federação Brasileira decide abater o Imposto à Circulação de Mercadorias e Serviços, dar créditos e doar terrenos a uma empresa automobilística está criando um compartimento preñado de ativos de uso corporativo que os demais Estados buscam imitar. A desconcentração da indústria automobilística no Estado do Paraná é emblemática e foi estudada por Motim, Firkowski e Araújo (2002). Não se trata, neste caso, de recursos específicos.

No entanto, esses compartimentos são “nervosos” e têm vida curta, pois o grande capital é movido e, amiúde, está disposto a pagar a transferência dos ativos ou a convencer o Estado a fazê-lo. Durante muito tempo falou-se em atividades *foot loose*, expressão proposta por Hoover em 1948 e que frequentou longamente os tratados de economia e economia regional. Eram as atividades que podiam inserir-se em qualquer lugar, independentemente, quiçá, das qualidades e quantidades do território.

Ou será melhor pensar que são construídas áreas “hipertélicas” – utilizando a expressão cunhada por Simondon (1958, 1989) para referir-se ao excesso de finalidade dos objetos técnicos contemporâneos – tais como uma zona franca, um distrito industrial especializado, um sistema produtivo local, um porto seco, um paraíso fiscal? Todavia, como são resultado da aceleração contemporânea, esses compartimentos correm o risco de tornar-se decadentes ou vazios, pois sua função depende de normas globais que são inestáveis e de ativos que são transferíveis. Não raro, o trabalho nesses lugares é suscetível de desvanecer-se conforme as oscilações da microeconomia e da macroeconomia das empresas globais.

Amiúde, no Brasil, a existência de ativos e de recursos nos lugares, ora de natureza material, ora de natureza política e normativa, acabou por desencadear uma “guerra de lugares” (Santos, 1996; Santos e Silveira, 2001). As deslocalizações de atividades industriais têm sido precedidas, não raro, por uma acirrada competição entre Estados e municípios pela instalação de novas fábricas e, mesmo, pela transferência das já existentes. A indústria do automóvel e das peças é emblemática de tal situação. Até recentemente, a política territorial das corporações automobilísticas buscava as benesses da localização metropolitana mas, a partir da década de 1990, coloniza novas porções do território, revelando, mais uma vez, a historicidade dos fatores de localização. Tais recursos normativos se tornam ativos e, assim, criam vantagens comparativas para poucos agentes. Daí as localizações efêmeras ao sabor de normas elaboradas num ambiente de competitividade sem limites. É a guerra de lugares que, muito mais do que uma disputa entre dois Estados ou dois municípios, é uma concorrência internacional ao ritmo das decisões locais autonomizadas das grandes corporações.

Mas a produção demanda, hoje mais do que nunca, uma circulação fluída. Criam-se circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (Santos, 1988; Santos

e Silveira, 2001), que regulam o processo produtivo e asseguram a realização do capital, envolvendo esses compartimentos. Os primeiros são definidos pela circulação de matéria, isto é, pelas diversas etapas pelas quais passa um produto, desde o começo do processo da produção até chegar ao consumo final. Não podemos já falar em circuitos regionais de produção pois o contexto da produção e da circulação só faz aumentar. Por outro lado, os círculos de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. *Locus* das empresas, as cidades são definidas como pontos nodais onde estes círculos se encontram e se superpõem.

Apesar de sua hegemonia, essas empresas têm uma relação de necessidade com o resto da sociedade. Para produzir de forma moderna, convocam outros atores e aí o papel do discurso é fundamental para conquistar a adesão. Muito se fala em crescimento, criação de empregos diretos e indiretos, indústrias de autopeças e exportação, mas nada se discute sobre a robotização do setor, a drenagem dos cofres públicos para o subsídio das atividades, a monofuncionalidade dos portos e de outras infraestruturas, os *royalties* e o aumento da dívida externa, a importação de peças e veículos completos. Entretanto, o custo para a sociedade como um todo é alto, ao tempo que a extrema especialização urbana e regional numa produção exclusiva é causa de vulnerabilidade.

Nessa dispersão de atividades modernas, as cidades médias despontam como a forma de aglomeração por excelência num território vasto. Nelas, a presença de novos profissionais é importante, pois a base técnica contemporânea demanda pessoas preparadas para manipulá-la. A chegada desses grupos com significativa vocação e capacidade de consumo torna-se *per se* um fator de localização para novas empresas industriais, comerciais e de serviços que buscarão satisfazer as novas necessidades. Bancos e outras instituições financeiras, firmas de transporte rodoviário e aéreo, redes comerciais de eletrodomésticos, móveis, materiais de construção e roupas, instituições de ensino e saúde são, entre outros, os agentes que revelam o alastramento das fronteiras do mercado privado no território. Isto não suprime o papel contemporâneo da metrópole na organização do território nacional ou, em outros termos, no governo da divisão territorial do trabalho hegemônica. Não raro, cada ponto do território acaba por vincular-se diretamente com o centro principal, ignorando os níveis urbanos intermediários, pois as atividades modernas são altamente tributárias da produção de informações dos grandes centros de pesquisa e da tomada de decisões dos centros empresariais. Sposito (2004) propõe compreender as novas realidades urbanas a partir do par dialético reestruturação urbana-reestruturação da cidade.

Todavia, se os fatores de localização não são alheios aos embates do tempo histórico que desmancha as coerências, tampouco são os mesmos para todos os atores. Para as empresas, instituições e indivíduos

com menos poder na sociedade, as razões das suas localizações são outras, ainda que, por vezes, usufruam dos benefícios secundários de ativos e recursos que não produziram. Em outras ocasiões, o que é um meio repulsivo para os agentes hegemônicos é lugar apto para os demais agentes. Por exemplo, a falta de fluidez pode ser o grande atrativo de localização para as pequenas atividades metropolitanas assim como uma porção deteriorada do meio construído torna viável o valor do aluguel. Longe de ser a dispersão, é a aglomeração que permite as atividades de sobrevivência.

Especializações territoriais produtivas

Com a globalização e as exigências do mercado global, algumas áreas do país acabam por consagrar-se a atividades mais competitivas, ligadas ou não à exportação (Arroyo, 2001), indispensáveis ao circuito total da produção. As condições nelas presentes, ou que podem ser adrede introduzidas, favorecem uma rentabilidade maior a certas atividades ou produtos, recomendando a instalação das respectivas empresas mais exigentes de produtividade. É por isso que há uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas, seja no campo, com novos lençóis agrícolas globalizados, monoprodutores ou não, seja nas cidades consagradas a certo tipo de produção industrial ou a um conjunto de produções.

Tal agregação tem efeitos econômicos importantes. Em primeiro lugar, a acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala que acaba por reduzir os custos globais e individuais. Em segundo lugar, a proximidade entre tais atividades produz um efeito de vizinhança que implica facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas aos processos, mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa vantagem comparativa. Esses dois primeiros conjuntos de vantagens criam outros, relacionados à possibilidade de implantação, sustentação e desenvolvimento de serviços especializados locais.

Entretanto, o território brasileiro revela a coexistência de áreas de densidade e rarefação. Esse retrato ganhou maior complexidade a partir dos anos 1970 quando se impõe um movimento de desconcentração industrial, evidenciando um alargamento da divisão territorial do trabalho. Uma consequência desse movimento contemporâneo é a localização de etapas de fabricação em áreas rarefeitas com a respectiva tendência à formação de enclaves territoriais. As vantagens de tais localizações são, quase sempre, normativas e, portanto, propiciadas pelo Estado nos seus diversos segmentos. O que entra na equação, advertem Benko e Pecqueur (2001, p. 37-38) ao falar da “maquila mexicana”, é a vantagem no custo da mão de obra, nos preços da energia, nas taxas de juros e fiscais. Esses dados, somados ao fato

de serem sistemas técnicos integrados e relativamente deslocáveis, revelam que certas localizações corporativas são efêmeras, pois seu principal fundamento é a capacidade de oferecer custos baixos. Quando a base técnica e normativa da grande corporação e do lugar se confundem, o eventual abandono desta última revela as limitações para utilizar qualquer ativo ou recurso em outro tipo de empreendimento. Nessas situações, as palavras de Alfred Marshall (1906, p. 124) parecem ganhar atualidade quando buscava opor uma “localização elementar da indústria” à formação de um distrito industrial.

Convergem para tanto o interesse restrito e setorial da grande empresa pelo lugar, a debilidade da rede urbana regional e a fraqueza dos transportes e comunicações nas áreas rarefeitas. Nem antes nem depois se observa um verdadeiro entrelaçamento entre as atividades ditas modernas e as fabricações e serviços locais. Automatizados, os sistemas técnicos das empresas não produzem um impacto significativo na equação de emprego local. Nas mãos de um punhado de agentes, a produção realizada a partir das variáveis modernas domina, a montante, a estrutura de fornecedores locais e, a jusante, a estrutura dos distribuidores e compradores, concentrando ainda mais a apropriação da mais-valia a partir da imposição de quantidades, qualidades e preços. São verdadeiros oligopsônios e oligopólios territoriais.

De um modo ou de outro, o território torna-se “nervoso” e, amiúde, as relações de propriedade são menos interessantes do que formas mais flexíveis como o aluguel, tanto na cidade como no campo. O desenvolvimento de novas formas organizacionais é central para garantir maior velocidade na produção e circulação. Paralelamente, despontam possibilidades de enriquecimento para algumas classes regionais ou para novos atores que chegam de fora. Qualificados e por vezes com rendas relativas mais altas, esses novos atores são convidados a formas subordinadas de ação e, ainda que possam ter consciência disso, frequentemente não têm outra alternativa.

Esse uso corporativo do território parece não afastar a convicção de que as áreas modernizadas vão arrastar as demais no seu crescimento. Na região Centro-Oeste do Brasil, a expansão do meio técnico-científico-informacional tem sido acelerada, transformando significativamente a vida de relações (Santos e Silveira, 2001). Essa modernização em manchas coexiste com áreas mais rarefeitas como o sudeste do Estado de Goiás. Próxima à área moderna de expansão agropecuária e oferecendo vantagens fiscais, a cidade de Catalão tornou-se atrativa para a instalação das firmas Mitsubishi e Cameco (John Deere). Enclave numa área de vaziamiento demográfico e econômico pelo declínio de atividades menos rentáveis como a produção de leite, essas firmas globais impõem novas exigências como a criação de um sistema de ensino orientado às suas demandas e produzem convicção sobre os novos valores (Deus, 2002). Não é muito diferente a implantação de uma fábrica de

calçados da Grendene na cidade nordestina de Sobral. Holanda (2007) mostra o papel seletivo da modernização, com a criação de normas *ad hoc* para a empresa e a subordinação dos agentes locais que realizam algumas tarefas para a firma. Situações como essas se multiplicam na Amazônia, com enclaves vinculados à mineração, à agricultura, à floresta e, mesmo, à indústria. Propondo uma tipologia de cidades na Amazônia, Schor e Oliveira (2011) se referem a esse tipo de aglomeração como cidades médias e pequenas com dinâmica econômica externa. Não se fortalecem as horizontalidades.

Essa reorganização urbana e regional ao sabor da microeconomia dessas corporações parece bastante oposta à ideia de distrito industrial, onde, segundo Benko (2001), haveria uma maior capacidade de negociar os modos de cooperação entre capital e trabalho, entre grandes empresas e fornecedores de produtos intermediários, entre administração pública e sociedade civil, entre bancos e indústria, para obter melhores salários como contrapartida à elevada competitividade das empresas.

Todavia, nas porções mais densas do território brasileiro, a escolha dos pontos e áreas de especialização produtiva se completa à luz de outros fatores. A necessidade de intercâmbio em espaços mais vastos combina-se com um crescente número de fluxos na contiguidade. No Estado de São Paulo a precoce mecanização da produção e do território, a distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importantes, a urbanização acelerada, a vida comercial intensa, entre outros, contribuíram para produzir uma marcada divisão interurbana do trabalho e uma significativa vida de relações. Após um vertiginoso crescimento demográfico e econômico da metrópole paulista, o Estado conheceu um processo de difusão das variáveis modernas sobre uma divisão do trabalho já existente. Desse processo resultou a formação ou consolidação de especializações territoriais produtivas como a produção de calçados para crianças na cidade de Birigui, de calçados masculinos em Franca e de calçados femininos em Jaú. No oeste paulista, a cidade de Birigui abriga numerosas empresas que, juntas, produzem mais de cem mil pares de sapatos por dia. Cria-se uma economia de aglomeração, pois se instalam empresas fornecedoras de instrumentos de trabalho, componentes e embalagens para a atividade principal da cidade. O Núcleo de Desenvolvimento Empresarial, que depende da Prefeitura, é destinado a ajudar as pequenas empresas na sua instalação e desenvolvimento. Nessas cidades, existem incubadoras, centros de desenvolvimento industrial, laboratórios sobre couros e processos produtivos ou, mesmo, formas de difusão como é o exemplo do Museu do Calçado e do Shopping do Calçado em Franca.

Mas essas não são as únicas especializações produtivas em terra paulista. Para mencionar algumas, citamos a produção de morangos e flores em Atibaia, de flores em Holambra (Kahil, 1997), de cebola em Piedade, de ovos em Bastos, de alumínio no município do mesmo nome

(Silva, 2007), de indústria têxtil e confecções na região de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré (Muniz, 2008), de móveis, movelaria e pré-moldados em Votuporanga e Mirassol, de cerâmica artística e artesanato em ferro na cidade de Porto Ferreira, de confecção de malhas e engarrafamento de águas minerais nas cidades de Águas de Lindóia, Lindóia, Serra Negra e Socorro (Borin, 2003). Processos espontâneos de agregação de atividades afins, algumas dessas especializações conheceram políticas de implantação de distritos industriais. É o caso de Votuporanga e Santa Bárbara d'Oeste.

Se pouco mais da metade das empresas têxteis do país pertencem ao Estado de São Paulo, 70 % desse universo concentra-se na região de Americana, que produz 85% do total nacional de tecidos sintéticos e artificiais. Apesar dos ativos do lugar, o polo de Americana não escapa, contudo, aos processos de concentração de capitais e de automação dos processos técnicos, o que resulta numa queda do número de empresas e de funcionários contratados. Os ativos e recursos não são os mesmos para as grandes fiadoras e beneficiadoras do setor têxtil e para o enxame de pequenas tecelagens façonistas e pequenas confecções. As primeiras mostram uma topologia alargada no território brasileiro e, inclusive, no estrangeiro, ao tempo que para as pequenas empresas uni-localizadas, cujo enraizamento é absoluto, o centro antigo e deteriorado de Americana acaba sendo um "abrigo" (Gottmann, 1975) pois o valor do aluguel possibilita o exercício das atividades.

Outra situação na qual a localização industrial é tributária de uma atividade regional tradicional é a confecção de malhas nas cidades de Águas de Lindóia, Lindóia, Serra Negra e Socorro num tradicional circuito turístico de estâncias hidrominerais (Borin, 2003). Tanto a separação de instâncias produtivas numa rede urbana de cidades pequenas como a ampliação dos mercados das malhas, água mineral e turismo foram possíveis, também, graças à densidade da rede de rodovias, autopistas e caminhos vizinhos, que permitiu, ao mesmo tempo, a interligação dentro e fora da região. Esses ativos possibilitaram, outrossim, a interface entre as atividades. Enquanto as cidades de Serra Negra e Águas de Lindóia especializaram-se na atividade turística e Lindóia na produção de água mineral, Socorro desenvolveu a indústria de malhas. A própria população do lugar desloca-se de uma cidade para outra para trabalhar ou para atividades de lazer e turismo. Aqui, as leis locais determinam e são determinadas pela própria divisão interurbana do trabalho.

Mas a geografia de São Paulo revela, outrossim, a existência de especializações tecnológicas como os tecnopolos. O tecnopolo de São Carlos, estudado por Lima (1994), contou com fortes incentivos governamentais e a cidade de São José dos Campos é sede do Centro Técnico Aeroespacial, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Instituto da Aeronáutica e da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), além de

numerosas empresas privadas de produção tecnológica. Por outra parte, na cidade de Cotia, diversos laboratórios internacionais e outros nacionais se instalaram, com certo apoio público, mas sobretudo pela vantagem da proximidade de São Paulo (Bicudo, 2006).

Mais recentemente, a política científico-tecnológica dirigida à saúde promoveu os arranjos produtivos locais (APL), privilegiando a inovação tecnológica e a cooperação entre empresas. Cidades como Ribeirão Preto, onde existem 47 empresas fabricantes de equipamentos médico-hospitalares, e São José do Rio Preto têm sido alvo desse tipo de planejamento que, todavia, parece privilegiar o fortalecimento de poucas firmas competitivas. Agora o caráter seletivo das modernizações ganha a força de uma norma (David, 2010).

Nessa divisão territorial do trabalho do Estado de São Paulo, o papel do ensino superior público e particular é significativo, ao sabor das demandas modernas e das possibilidades do transporte nas cidades médias. Configurando uma oferta “metropolitana”, o ensino superior acaba sendo um ativo na atração de outras localizações empresariais. A densidade das relações entre atores locais como empresas, prefeituras, universidades, centros de pesquisa e sindicatos, asseveram Benko e Pecqueur (2001, p. 35), tem um papel determinante na competitividade de certas atividades e serviços. Cabe lembrar, contudo, que as razões mais importantes da interiorização da indústria moderna no Estado de São Paulo foram a baixa sindicalização em oposição à Região Metropolitana de São Paulo, a oferta abundante de terrenos, os incentivos fiscais e a maior fluidez territorial. Evidente que a possibilidade de estabelecer relações com prefeituras, universidades e centros de pesquisa foi de extrema importância na escolha locacional das firmas.

Às economias de especialização espontaneamente criadas e que são, por isso, mais ou menos capazes de abrigar empresas de todos os tamanhos, sucede agora, pela força da norma e do mercado, a construção de áreas modernas e especializadas para a economia global. Nesses pontos, a estrada e a fibra ótica parecem mais relevantes que os recursos específicos da cidade. São os condomínios industriais.

No entanto, o exercício de atividades especializadas da economia superior dificilmente pode realizar-se fora das aglomerações metropolitanas. Mormente em São Paulo, aumenta a demanda por atividades modernas e globalizadas como escritórios de exportação e importação, publicidade, assistência técnica, mercadológica e financeira, pesquisa, regulação pública e privada, que precisam de uma população letrada, cuja formação ficará assegurada pela reformulação dos sistemas de ensino. Esse terciário altamente qualificado, quaternário ou quinquenário é criador de um mercado de conselhos empresariais aptos a propor um uso mais fluido do território nacional (Bernardes, 2001).

Grandes firmas, cujas relações mais decisivas e peremptórias são planetárias, instalam-se em centros

empresariais como no quadrante sudoeste da cidade de São Paulo. O capital fixo privado surpreende, hoje, com escritórios e hotéis de luxo, centros de convenções e grandes edifícios inteligentes, raramente implantados sem alguma ajuda governamental. Cria-se um efeito de massa, uma agregação de atividades, que determina uma economia de escala de natureza informacional.

Coexistindo com essa economia superior na escala intraurbana, podemos encontrar áreas de especialização ou *clusters* espontâneos, que também se beneficiam dos efeitos de aglomeração. Como aponta Moati (2000), após o nascimento da grande distribuição, a polarização comercial é a força que estrutura o equipamento comercial. Assim, certas ruas ou porções da cidade revelam que o trabalho se especializa e se divide dentro de um mesmo circuito espacial de produção, envolvendo diversas etapas e atores de diferente poder em complexos processos de cooperação e concorrência. Tendendo a ser metropolitana, essa forma de aglomeração – uma economia interna à atividade – pode exercer atratividade sobre outras cidades e regiões. Hoover (1970, p. 43) lembra que, em muitos tipos de atividades urbanas, os similares procuram seus similares, mas que também há incentivos econômicos que favorecem a concentração e o *clustering* de unidades de atividades semelhantes. As causas desse *clustering* são a presença da mão de obra, a variedade de serviços especializados e a presença de consumidores buscando comparar as ofertas. Como assinalam Benko e Lipietz (1992, pp. 18-19): “es necessário instalar-se ali onde os clientes buscam um certo serviço ou uma certa mercadoria, um certo local conhecido onde se concentram aqueles que se dedicam à mesma atividade”.

Numa macrometrópole como São Paulo, várias áreas de especialização poderiam ser mencionadas: zona cerealista no Brás, eletrônicos na rua Santa Ifigênia, lustres e material elétrico na rua da Consolação, vestidos de noiva na rua São Caetano, confecções em Bom Retiro (rua José Paulino), confecções, tecidos, acessórios e armarinho na rua 25 de Março, lojas de artigos para igrejas evangélicas na Baixada do Glicério, máquinas e equipamentos na rua Florêncio de Abreu, material para restaurantes e bares na rua Paula Souza, automóveis, peças e acessórios em Campos Elíseos com um subsetor de moto-peças, companhias áreas e agências de viagem na Avenida São Luís, artigos e restaurantes orientais na Liberdade, plásticos e utilidades domésticas na Avenida Valtier, produtos nordestinos no Brás, zona madeireira no mesmo bairro, máquinas operatrizes na rua Piratininga, teatros e restaurantes nas ruas 13 de maio, Rui Barbosa, Brigadeiro Luis Antônio, refrigeração e material de escritório na Avenida São João, venda de móveis novos e de instrumentos musicais na rua Teodoro Sampaio, venda de móveis antigos na rua Cardeal Arcoverde. Por exemplo, uma das áreas de especialização mais conhecidas no país é o bairro Bom Retiro, onde 1.800 empresas, a maior parte de confecções, geram 50 mil empregos. É a construção de recursos específicos. Como

explica Almeida (2000), 80 % das pequenas empresas da região metropolitana localizam-se no município da capital, que abriga mormente as indústrias têxteis, confecções, calçados e gráfica.

Amiúde, a existência dessas economias de aglomeração a escala urbana assinala suas relações de produção e de mercado com a cidade, a região e o país. Sua especialização produtiva é causa e consequência da densificação do espaço de fluxos – mais transportes, mais comunicações, mais finanças – e, portanto, nessas áreas coexistem agentes de força desigual. A própria especialização pode levar a aumentar o valor da localização e do meio construído e, assim, a expulsar os mais pobres. Por vezes, as políticas públicas que buscam, a partir dessas aglomerações, aumentar o grau de organização com projetos de revitalização e formalização acabam por ter as mesmas consequências. É o caso dos projetos para o centro antigo de São Paulo.

Diversidade territorial produtiva

Se as interdependências num mesmo ramo da economia chamam à produção de áreas de especialização nas regiões e cidades, as economias de aglomeração que resultam da diversidade de ramos não são menos importantes. Tais economias são externas à atividade, porém internas à porção contígua do espaço onde se desenvolvem.

Cada atividade constitui, no conjunto, um processo para as demais, um elo importante no sistema produtivo criado em determinado lugar ou área, constituindo a base socioespacial sobre a qual assenta uma determinada equação de emprego, uma determinada massa salarial, um determinado ritmo das atividades, um determinado movimento dos agentes, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro e da informação, uma determinada estrutura de ordens e um determinado sistema de poder fundado na economia e na política. Trata-se de um verdadeiro sistema coerente, cuja base é espacial. Assim, numa pequena área pode haver acúmulo de relações que se sustentam mutuamente e tendem à criação de um produto econômico importante se comparado com outras áreas do país, levando-se em conta a superfície ocupada e a população concernida.

Crescentemente heterogêneo na sua valorização, o meio construído metropolitano oferece condições para um mercado único e segmentado porque acolhe, ao mesmo tempo, a produção e venda a grande escala e os bens e serviços sofisticados, desenvolvidos pelo circuito superior, e a pequena escala e a produção banal do circuito inferior (Santos, 1975; Silveira, 2004). Nas áreas de diversidade o trabalho se especializa e se divide em múltiplos circuitos espaciais de produção que se entrecruzam e criam um mercado segmentado, que se alimenta da variedade de fabricação, comércio e serviços banais para satisfazer as necessidades criadas pelo nosso tempo mas cuja resposta não é dada a todos pela economia hegemônica. A multiplicidade de ofertas,

vinculadas entre si ou não, aumenta o tamanho do mercado e permite que cada ator encontre seu lugar na economia metropolitana.

São áreas e pontos densos da divisão do trabalho, onde coexistem técnicas de diferentes momentos históricos. Os prédios são, quiçá, a manifestação mais clara das rugosidades que vêm do passado, pela sua idade e condições. Essa economia de aglomeração, em áreas menos valorizadas e externa à atividade, é sobretudo o reino do circuito inferior e, ao mesmo tempo, se torna um fator de localização para novos agentes desse mesmo circuito. Entendida por Corrêa (1997) como resultado de processos espaciais de coesão, a economia de aglomeração não pode ser explicada apenas a partir da economia hegemônica. A concorrência parece atenuar-se pela complementaridade de ramos como nos terminais rodoviários ou estações do metrô, onde os fluxos de pessoas, mercadorias, informação, dinheiro e transações comerciais são muito importantes. Há estimativas de que no centro de São Paulo circulem diariamente mais de dois milhões de pessoas (Montenegro, 2006, p. 123). Embora individualmente os consumidores possuam um baixo poder aquisitivo, somados constituem uma massa de renda considerável. Por isso, essas áreas de diversidade acabam por tornar-se atraentes para as grandes redes comerciais, bancos e instituições financeiras que passam a vê-las como ativos e aí localizam novas lojas (Silveira, 2009).

Na cidade de São Paulo podemos mencionar, entre tantas outras áreas de diversidade, o Centro antigo (distritos Sé e República) e o Largo Treze de Maio, onde são oferecidos a baixo preço bens e serviços como cabeleireiro, artigos de papelaria, serviços de chaveiro, produtos de armarinho, consertos de artigos de couro e de eletrodomésticos (Montenegro, 2006, p. 127-128).

Na cidade de Londrina, no Estado sulista do Paraná, o camelódromo se constitui em uma importante economia de aglomeração, onde os pequenos estabelecimentos comerciais vendem roupas e acessórios, discos, CD, DVD e fitas, artigos eletrônicos e suprimentos e informática, malas e bolsas sintéticas e de couro, procedentes de atacadistas e fabricantes da própria cidade (Oliveira, 2009).

Outra forma de agregação pode ser vista no bairro Santa Tereza no Rio de Janeiro. Os amplos imóveis permitem atividades artísticas e artesanais e há um cuidado dos proprietários para mantê-los, assim como um certo controle fiscal para preservar a beleza cênica. Embora perto do centro, é uma área mais tranquila, cujo acesso é assegurado pelo antigo “bondinho” e a sinergia, pelas relações horizontais de cooperação entre os agentes do bairro. As trocas não são obrigatoriamente mercantis entre os numerosos ateliês, artesanatos e estabelecimentos do tipo *bed and breakfast*. Os recursos específicos são evidentes, tornando-se um fator de localização para novos artistas, artesãos e pequenos empresários da hospedagem.

Benko e Lipietz (1992) defendem que as economias de aglomeração evitam a instalação de oligopólios ou, pelo

menos, reduzem sua força. Pensamos que esse processo realmente acontece no momento em que a porção marginal do circuito superior pode sobreviver às modernizações, freando a completa oligopolização da economia e do território uma vez que continua a existir demanda para seu trabalho. Nascido espontaneamente nos interstícios deixados pelos atores mais poderosos, o circuito superior marginal cresce com maior dificuldade quando o poder público apoia ativamente as empresas hegemônicas.

As atividades com menor grau de capital, tecnologia e organização podem sobreviver e fortalecer-se nas economias de aglomeração, uma vez que é o enraizamento e não a deslocalização que marca sua existência. O território compartilhado é a base dessa vida comum, que se faz na cooperação e no conflito. Áreas de especialização e de diversidade poderiam ser entendidas como um tecido no qual as condições locais de infraestrutura, recursos humanos, fiscalidade, organização sindical, força reivindicatória afastam ou atraem atividades num dado momento. Quando o poder público promove poucas atividades oligopolizadas, o território vê transformar-se recursos em ativos circunscritos e limitados a um pequeno número de atores. Desse modo, cresce a vulnerabilidade do território e da sociedade e a riqueza se concentra. Talvez um caminho para transformar essa situação seja formular as políticas públicas que, considerando que o território usado é plural, possam assegurar a possibilidade de existência de todos os atores.

Referências

- ALMEIDA, Eliza Pinto. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ARROYO, Mónica. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain. **Les Régions qui gagnent. District et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique**. Paris, Presses Universitaires de France, 1992.
- BENKO, Georges. "A recomposição dos espaços". **Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, 1 (2), p. 7-12, 2001.
- BENKO, Georges e PECQUEUR, Bernard. "Os recursos de territórios e os territórios de recursos". **Geosul**, 16 (32), p. 31-50, 2001.
- BERNARDES, Adriana. **A contemporaneidade de San Pablo: produção de informações e novo uso do território brasileiro**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BERNARDES, Júlia Adão. Crise no agronegócio: novas acoes, novos tempos, novas territorialidades. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes e CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.), **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**, Rio de Janeiro, Lamparina-FAPERJ, ANPEGE, p. 254-265, 2008.
- BICUDO Junior, Edison Claudino. **O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o Território Brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BORIN, Paula. **Divisão Interurbana do Trabalho e Uso do Território nos Municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- DAVID, Virna Carvalho. **Território usado e circuito superior marginal: equipamentos médico-hospitalares em Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (SP)**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- DEUS, João de. **O Sudeste Goiano: As transformações territoriais decorrentes da desconcentração industrial brasileira**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, 2002.
- GOTTMANN, Jean. "L'organisation de l'espace. Considérations de géographie et d'économie", **Géographie, Économie, Sociétés**, 3 (1), 141-159, (1950), 2000.
- GOTTMANN, Jean. **La Politique des États et leur Géographie**. Paris, Armand Colin, 1952.
- GOTTMANN, Jean. "The evolution of the concept of territory", **Soc. Sci. Information**, 14 (3/4), p.29-47, 1975.
- HOLANDA, Virgínia. **Modernizações e espaços seletivos no nordeste brasileiro. Sobral: conexão lugar/mundo**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- HOOVER, Edgard M. "The evolving form and organization of the Metrópolis: principal locations factors". In: LEAHY, W. H. et al (ed.), **Urban Economics**, New York, The Free Press, 1970.
- KAHIL, Samira Peduti. **Unidade e diversidade do mundo contemporâneo. Holambra: a existência do mundo no lugar**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- LIMA, Luiz Cruz (1994). **Novo espaço da produção: os tecnopolos**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- MARSHALL, Alfred. "Le district industriel", **Géographie, Économie, Sociétés**, 2 (1), p.123-148, 2000.
- MOATI, Philippe. "Mutations de la grande distribution et évolution de la localisation du commerce", **Géographie, Économie, Sociétés**, 2 (2), p. 313-335, 2000.
- MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MOTIM, Benilde M.L.; FIRKOWSKI, Olga L.C. Freitas e

ARAÚJO, Sílvia Maria P. “Desconcentração da indústria brasileira e seus efeitos sobre os trabalhadores: a indústria automobilística no Paraná”. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidade de Barcelona, VI, 119 (88), 2002.

MUNIZ, Ana Carolina Ferreira. **Especializações territoriais produtivas – o pólo têxtil e de confecções de Americana-SP**. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Edilson Luís. **Divisão do Trabalho e Circuitos da economia urbana em Londrina – PR**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **L’Espace Partagé. Les deux circuits de l’économie urbaine des pays sous-développés**. Paris, M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.

_____. “O Retorno do Território”, in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (Org.), **Território. Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec-ANPUR, p.15-20, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SCHOR, Tatiana e OLIVEIRA, José Aldemir. “Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira”. **Acta Geográfica**, Edição Especial Cidades na Amazônia Brasileira, p. 15-30, 2011.

SILVA, Jane E.L. **A especialização produtiva dos lugares e suas implicações na economia local: o caso do município Alumínio (Estado de São Paulo)**. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2007.

SILVEIRA, Maria Laura. “Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas”, **Cuadernos del CENDES**, 3 (57), p.1-21, 2004.

_____. “Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo”, **Cadernos CRH**, Universidade Federal da Bahia, 22 (55), p. 65-76, 2009.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d’existence des objets techniques**. Paris, Aubier, (1958), 1989.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços : urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Tese de Livre Docência, Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente, 2004.